

## JUVENTUDES DAS ÁGUAS: IDENTIDADES, SABERES E PARTICIPAÇÃO NA PESCA ARTESANAL NA LAGOA DOS PATOS, RS.

LETICIA HANNA DOS SANTOS FALCÃO<sup>1</sup>; LÚCIO ANDRÉ DE OLIVEIRA FERNANDES

<sup>1</sup>PPGDTSA - UFPel – [leticiahannafalcao@gmail.com](mailto:leticiahannafalcao@gmail.com); <sup>1</sup>PPGDTSA - UFPel – [lucio.fernandes@ufpel.edu.br](mailto:lucio.fernandes@ufpel.edu.br)

### 1. INTRODUÇÃO

Para pensar o que é ser jovem, para além do recorte etário dos 15 aos 29 anos proposto pela legislação brasileira (Brasil, 2013), é necessário compreender as diversidades e heterogeneidades que atravessam as juventudes, considerando seus marcadores sociais e modos de vida. Por isso, o uso no plural “juventudes” apresenta-se como uma abordagem que contempla e acolhe melhor o que se pretende transmitir sobre juventudes (Dayrell, 2007).

As juventudes são sujeitos políticos que, historicamente, foram descritos e interpretados pela sociedade de forma negativa e pejorativa. É comum, especialmente em discursos conservadores, a associação das juventudes à irresponsabilidade, desobediência, violência, uso de drogas e vulgaridade (Esteves; Abramovay, 2006). Ao mesmo tempo, recai sobre elas a responsabilidade pelo futuro, como se observa em campanhas midiáticas voltadas às mudanças climáticas e à sustentabilidade.

Uma problemática inegável é que esse grupo socialmente vulnerável tem sua condição frequentemente instrumentalizada, seja como justificativa para a precarização das relações de trabalho, seja como alvo de estratégias publicitárias voltadas ao consumo (Esteves; Abramovay, 2006). As vulnerabilidades tendem a se sobrepor aos marcadores sociais das juventudes, como gênero, raça, orientação sexual e classe social e, portanto, produzem formas específicas de exclusão e resistência.

Grande parte da produção teórica e literária contemporânea tem refletido sobre as juventudes a partir de um paradigma dualista: urbano e rural. As juventudes são comumente apresentadas com base em dois recortes principais: as juventudes periféricas e favelizadas das cidades e as juventudes do campo. No entanto, no contexto rural, há uma ampla diversidade de grupos étnicos com modos de vida próprios, muitas vezes invisibilizados ou reduzidos a uma imagem homogênea e simplificada de ruralidade.

Exemplo disso são as juventudes que vivem em territórios tradicionais, como quilombolas, indígenas, comunidades pesqueiras, extrativistas e entre outros, que, apesar de suas especificidades, são frequentemente incluídas em uma leitura única e reducionista do rural. Diante disso, é urgente e necessário construir novas bases de conhecimento para que valorizem os saberes das juventudes desses territórios e promovam justiça territorial e epistêmica.

Nesse sentido, o presente trabalho trata-se de um esboço representativo de um projeto de dissertação vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais (DTSA) vinculado à Departamento de Ciências Sociais Agrárias da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). O projeto de dissertação tem como problemática: A ausência e baixa participação das juventudes nos espaços consultivos e deliberativos de organização social das comunidades pesqueiras, e que tal situação está

associada à não sucessão dos saberes, práticas e identidades próprias dos modos de vida tradicionais dessas comunidades.

O objetivo geral da presente pesquisa pretende “analisar as formas de pertencimento, atuação e participação das juventudes nos territórios tradicionais de pesca artesanal da Lagoa dos Patos, com enfoque para os municípios de Pelotas e São Lourenço do Sul”. E seus objetivos específicos são: 1) Caracterizar as juventudes pesqueiras da Lagoa dos Patos; 2) Sistematizar elementos que definem a identidade das juventudes vinculadas à pesca artesanal, considerando dimensões culturais, familiares e territoriais; 3) Identificar e registrar os saberes e práticas tradicionais e as experiências intergeracionais com os quais as juventudes têm se relacionado, no contexto da pesca artesanal; 4) Analisar o protagonismo juvenil e a participação política das juventudes em espaços de controle social e representação da pesca artesanal.

## 2. METODOLOGIA

A realização deste trabalho será conduzida a partir das sistematizações realizadas em diários de campo, este que é por sua vez um dos instrumentos metodológicos apresentados por Minayo (2007) no que tange o método da pesquisa social, a observação participante.

Os diários de campo são compostos por anotações que contextualizam e aprofundam a descrição do espaço e as interações percebidas, os sentimentos gerados e outras questões que escapam quando no uso de um instrumento rígido de coleta de dados (Minayo, 2007).

Parte significativa do projeto de dissertação estará focado nos métodos da pesquisa social qualitativa, mas também serão usados métodos da quantitativos em principal no que se refere a análise da abrangência e densidade de juventudes que portam o Registro Geral de Pescador(a), o RGP, nos municípios que estão nas margens da Lagoa da Patos.

## 3. DISCUSSÃO

A pesca artesanal constitui um modo de vida tradicional que envolve milhares de famílias residentes nos municípios que margeiam o estuário da Lagoa dos Patos. Trata-se de uma atividade de grande relevância social, cultural e econômica, que, para além da geração de renda, está profundamente enraizada em práticas transmitidas entre gerações, em laços culturais sólidos e em uma relação intrínseca com o ambiente natural.

Mais recentemente Pelotas aportou um interessante ativo à pesca artesanal com a publicação da Lei 7.366/2024, que reconhece as comunidades ribeirinhas como patrimônio cultural, ambiental e urbano de Pelotas (PELOTAS, 2024). Sua importância se estende também à produção de alimentos saudáveis e de qualidade, à promoção da segurança alimentar e ao fortalecimento da economia local, ao mesmo tempo em que contribui para o reforço da identidade coletiva e do sentimento de pertencimento das comunidades pesqueiras em relação aos seus territórios.

É nesse contexto que se destaca o papel dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) na conservação e manutenção da sociobiodiversidade. PCT são definidos como grupos culturais que, com base em práticas tradicionais, utilizam territórios e recursos naturais para preservar sua identidade e garantir sua reprodução social, religiosa e econômica (Brasil, 2007). A sociobiodiversidade,

por sua vez, é um conceito que integra a diversidade biológica e cultural, reconhecendo a importância dos PCT na domesticação de espécies e na integração da natureza aos seus modos de vida (Brasil, 2009; 2019).

Entretanto, para assegurar a continuidade dessa atividade dessa comunidades ribeirinhas em um cenário marcado por transformações constantes, sejam elas relacionadas às mudanças climáticas, às pressões sobre os territórios tradicionais, às dinâmicas de mercado ou aos avanços tecnológicos, torna-se fundamental uma compreensão ampla dos processos produtivos relacionados à sucessão dos saberes e práticas envolvendo a sociobiodiversidade das águas, e participação social das juventudes do território em espaços consultivos e deliberativos.

Nesse cenário, insere-se o papel estratégico da juventude enquanto força motriz capaz de construir estratégias que busquem dar maior visibilidade aos saberes e práticas tradicionais desenvolvidos pelas comunidades tradicionais da pesca artesanal, seja na relação com seus territórios, seja nos processos produtivos desde a captura até que o alimento chegue ao público consumidor. Se por um lado os mais experientes são detentores dos conhecimentos tradicionais sobre o ecossistema, sobre a pesca e as práticas culturais, por outro, a juventude, ao passo que possui familiaridade com as tecnologias contemporâneas, constitui-se em um potencial imenso para a construção de novas habilidades no que tange à incorporação de ferramentas de gestão e comunicação, entre outras.

Concluir esse texto: quais razões das juventudes não estarem incluídos - a despeito dessa situação, a juventude encontra diversos problemas para se inserir. Postergando a autonomia no território, dificilmente terão protagonismo.

#### 4. CONCLUSÕES

Espera-se, por meio deste trabalho, contribuir para a produção de conhecimento sobre os desafios enfrentados pelas juventudes que vivem em territórios tradicionais de pesca artesanal. Busca-se, assim, tecer novas perspectivas de reflexão, sobretudo para as áreas do Desenvolvimento Territorial e das Políticas Públicas, com enfoque nas juventudes.

Propõe-se também pensar onde estão essas juventudes e quais são suas demandas nos espaços de participação, com o objetivo de abrir horizontes que favoreçam a ampliação, diversificação e o acesso de todas as pessoas interessadas nessa discussão.

Além disso, almeja-se que as juventudes se sintam tocadas e instigadas a estarem mais presentes e atuantes nos espaços de participação social vinculados à pesca artesanal, e também em tantos outros contextos.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto nº 6.040, de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2007. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em: 25 nov. 2024.

BRASIL. Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade. Brasília, 2009. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/1024/1/Plano%20Sociobiodiversidade.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 6 ago. 2013.

BRASIL. **Catálogo de Produtos da Sociobiodiversidade do Brasil**: ofertados pelos povos e comunidades tradicionais em Unidades de Conservação. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Brasília, 2019. Disponível em: <http://bit.ly/CatalogoSociobioBrasil2019>. Acesso em: 03 nov. 2024.

DAYRELL, Juarez. A juventude como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40–52, jan./abr. 2007.

ESTEVES, Luiz Carlos Gil; ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: **CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA**, 6., 2006, Lisboa. *Anais eletrônicos...* Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, 2006. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/1070/1/254.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2025.

PELOTAS. PREFEITURA DE PELOTAS. Prefeita assina lei que valoriza comunidades ribeirinhas: texto reconhece grupos situados ao longo do canal São Gonçalo e da lagoa dos patos como patrimônio cultural, ambiental e urbano. Texto reconhece grupos situados ao longo do canal São Gonçalo e da Lagoa dos Patos como patrimônio cultural, ambiental e urbano. 2024.

MINAYO, M. C. S. Trabalho de Campo: Contexto de Observação, Interação e Descoberta. In : **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 61 - 77.